

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS

A ITAIPU Binacional, juntamente com o Núcleo de Concursos, resolve RETIFICAR E COMPLEMENTAR o Regulamento n.011/2006 que torna pública a abertura de inscrições e as normas para a realização do Processo Seletivo para o provimento de vagas, conforme o descrito abaixo:

1. DO RECOLHIMENTO DA TAXA E DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

I – Ficam alterados os seguintes itens:

1.2 O período de inscrições fica prorrogado até as 16 horas do dia 26 de fevereiro de 2007.

1.5 Após o preenchimento do formulário de inscrição, o candidato deverá conferir as informações, imprimir o boleto bancário e pagá-lo preferencialmente nas casas lotéricas ou na rede bancária até 26 de fevereiro de 2007.

1.15 O candidato com deficiência ou que necessite de atendimento diferenciado para a realização da prova deverá encaminhar ao Núcleo de Concursos um laudo médico expedido no prazo de até 90 dias antes do término das inscrições e um formulário próprio preenchido (disponível no *site* www.nc.ufpr.br).

a) O laudo médico e o formulário devem ser entregues pessoalmente ou enviados pelo correio via SEDEX, durante o período de 29/01/2007 a 26/02/2007, ao

Setor de Ciências Agrárias
Núcleo de Concursos da UFPR
Rua dos Funcionários, 1540, Juvevê
CEP 80035-050 Curitiba, PR

b) O laudo médico deve atestar a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência.

c) Não será concedido atendimento especial a candidatos que não efetuarem a entrega do laudo e do formulário ao Núcleo de Concursos durante o período de inscrição.

1.16 A partir de 12 de fevereiro de 2007, o candidato poderá verificar no *site* www.nc.ufpr.br a situação de sua inscrição, devendo — se houver alguma

divergência — entrar em contato com o Núcleo de Concursos, pessoalmente no endereço registrado na alínea a do item 1.15, a) ou pelo telefone (041) 3313-8800, Central de Atendimento ao Candidato NC.

- 1.17** A partir de 12 de março de 2007, o candidato deverá acessar o *site* www.nc.ufpr.br e imprimir o seu comprovante de ensalamento, no qual estarão indicados o local, o horário e o endereço de realização das provas.

2 ETAPA 1

2.2 DAS NORMAS E DOS PROCEDIMENTOS COMUNS RELATIVOS À CONTINUIDADE DO PROCESSO SELETIVO

Fica alterado o seguinte item

- 2.2.1** As provas serão realizadas em 18 de março de 2007, com início às 14h (quatorze horas) e com duração de 4h (quatro) horas.

2.3 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Fica acrescido o seguinte item:

- 2.3.4** Critérios de avaliação das questões discursivas:

Serão considerados:

- a) Exposição do problema;
- b) Processo de argumentação e fundamentação;
- c) validade dos critérios:
 - uso adequado dos recursos lingüísticos;
 - atendimento às normas cultas do português;
 - objetividade;
 - clareza.

2.4 DOS RECURSOS

Ficam alterados os seguintes itens:

- 2.4.2** O candidato poderá interpor recurso contra o resultado das questões objetivas e discursivas, desde que estejam em conformidade as seguintes disposições:

- a)** os questionamentos deverão ser encaminhados por escrito, em formulário específico (disponível no site www.nc.ufpr.br) para as questões:
 - - **Objetivas** - serão aceitos questionamentos sobre o gabarito nos dias **20 e 21 de março** de 2007, no horário de funcionamento da Secretaria do NC – das 8h30min às 17h.

REGULAMENTO DO PROCESSO SELETIVO – 011a/2007

- - **Discursivas** – serão aceitos questionamentos quanto a correção nos dias **29 e 30 de março** de 2007, no horário de funcionamento da Secretaria do NC – das 8h30min às 17h.

- b)** O recurso deverá ser protocolado na Secretaria do Núcleo de Concursos, ou enviado, em apenas uma via, por SEDEX, com postagem obedecendo os prazos indicados na alínea a), ao

Setor de Ciências Agrárias
Núcleo de Concursos da UFPR (NC)
Rua dos Funcionários, 1540, Juvevê
CEP 80035-050 Curitiba, PR

2.4.6 Os pontos relativos às questões objetivas porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova. Se houver alteração, por força de impugnações do gabarito oficial provisório, de item integrante das questões objetivas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido.

2.4.8 O gabarito oficial definitivo das questões objetivas será divulgado no site www.nc.ufpr.br até 10 de abril de 2007.

Fica revogado o item **2.4.9** do Regulamento 011/2006.

4 DO PREENCHIMENTO DE VAGAS

Fica alterado o seguinte item:

- 4.3 O resultado final das provas será divulgado no site do NC www.nc.ufpr.br até 10 de abril de 2007.

Foz do Iguaçu, 25 de janeiro de 2007.

Edésio Franco Passos
Diretor Administrativo da ITAIPU

ANEXO III

PROVAS – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGO	PROVAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>ADVOGADO JR.</p>	<p>40 questões objetivas, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 10 questões de Português (25 pontos) - 30 questões de Conhecimentos Específicos (75 pontos) - Questão Discursiva (100 pontos) 	<p>PORTUGUÊS: Compreensão e interpretação de texto.</p> <p>CONHECIMENTO ESPECÍFICO:</p> <p>DIREITO CONSTITUCIONAL Constituição - Conceito. Classificação. Normas Constitucionais. Aplicação e Eficácia. Normas Programáticas e Princípios Constitucionais Vinculantes. Disposições Constitucionais Transitórias. Poder Constituinte Originário e Derivado. Reforma e Revisão Constitucional. Controle da Constitucionalidade. Sistema Brasileiro - Evolução. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Inconstitucionalidade por Omissão. Ação de Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle Difuso de constitucionalidade. Direitos e Garantias Individuais e Coletivas. Princípio da Legalidade. Princípio da Isonomia. Regime Constitucional da Propriedade: Desapropriação. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Direitos Sociais Poder Judiciário: Organização. Justiça Federal e Estadual, Justiça Especial - Competência. Administração Pública. Princípios Constitucionais. Concessão para a prestação de serviços públicos (art. 175 da CF/88).</p> <p>DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>Administração Pública Direta e Indireta: Órgãos e Entidades. Autarquias. Fundações. Agências executivas e reguladoras. Atos e fatos administrativos. Classificação dos Atos Administrativos. Elementos do Ato Administrativo. Vinculação e Discricionariedade do Ato Administrativo. Perfeição, Validade e Eficácia dos Atos Administrativos. Atributos do Ato Administrativo. Teoria dos Motivos Determinantes. Formas de extinção dos Atos Administrativos. Atos Administrativos Inválidos. Convalidação. Contratos Administrativos. Conceitos e Caracteres Jurídicos. As Diferentes Espécies de Contratos Administrativos. Os Convênios Administrativos. Formação dos Contratos Administrativos.</p>

**REGULAMENTO DO PROCESSO
SELETIVO – 011a/2007**

CARGO	PROVAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
		<p>Licitação: conceito, princípios, fundamentos, modalidades e procedimentos. Lei n.º 8666/93 e demais alterações.</p> <p>Execução dos Contratos Administrativos. Inexecução sem culpa: teoria da imprevisão, caso fortuito e força maior, fato do Príncipe, fato da Administração, extinção dos contratos administrativos.</p> <p>Poderes Administrativos. Poder hierárquico, disciplinar e normativo. Poder de Polícia: conceito e setores de atuação; polícia administrativa e polícia judiciária; características; liberdades públicas e o poder de polícia.</p> <p>Regime Jurídico das Águas Públicas. Utilização e ocupação dos Bens Públicos: Permissão e Concessão de uso, Aforamento, Concessão de domínio pleno.</p> <p>Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Servidões Administrativas. Requisição e Ocupação Temporária. A Desapropriação por Utilidade Pública: conceito e fundamentos jurídicos. Procedimento Administrativo e Judicial. A Indenização. Desapropriação por Zona de Direito e Extensão.</p> <p>DIREITO CIVIL</p> <p>A Pessoa Natural como Sujeito de Direito. Personalidade: Conceito, Início e Fim. Capacidade de Direito e de Fato. Incapacidade Absoluta e Relativa. Capacidade e Legitimação.</p> <p>A Pessoa Jurídica de Direito Privado. Noção. Classificação. Aquisição da Personalidade. Capacidade e Representação. Extinção.</p> <p>Domicílio</p> <p>Teoria Geral do Fato Jurídico. Ato jurídico e negócio jurídico. Classificação. Aquisição, Modificação,</p> <p>Perda e Extinção de Direitos. Vícios ou Defeitos dos Atos e Negócios Jurídicos. Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos: Condição, Termo e Encargo. Inexistência, Nulidade e Anulabilidade dos Atos e Negócios Jurídicos.</p> <p>Ineficácia. Efeitos da Declaração de Nulidade e de Anulabilidade. Prescrição. Conceito e Fundamentos. Decadência e Caducidade de Direitos. Prescrição e Decadência. Causas que Impedem, Suspendem e Interrompem a Prescrição. Prazos de Prescrição e de Decadência. A Prescrição e a Fazenda Pública.</p> <p>Obrigações. Elementos Constitutivos. Modalidades de Obrigações: dar, fazer, não fazer, alternativas, divisíveis e indivisíveis. Obrigações Solidárias. Solidariedade Ativa e Passiva. Obrigações Pecuniárias. Dívidas de Valor. Teoria do Adimplemento: pagamento, pagamentos especiais :pagamento por consignação, pagamento com sub-rogação , dação em pagamento. Extinção da Obrigação sem Pagamento:novação, compensação, confusão, remissão. Pagamento indevido .Não Cumprimento das Obrigações. Teoria do Inadimplemento: Impossibilidade da Prestação: Espécies. Mora.</p>

**REGULAMENTO DO PROCESSO
SELETIVO – 011a/2007**

CARGO	PROVAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
		<p>Impossibilidade Superveniente. Caso Fortuito e Força Maior. Cláusula Penal. Juros.</p> <p>Onerosidade Excessiva. Teoria da Imprevisão.</p> <p>Responsabilidade Civil por Atos Ilícitos: Elementos ou Pressupostos.</p> <p>Responsabilidade Civil por Fato Alheio. Dever de Indenizar. Danos abrangidos pela Indenização. Formas de Indenização. Perdas e Danos conceito e aplicação do Direito do Consumidor. Responsabilidade Objetiva. Teoria do Risco. A Responsabilidade Objetiva no Direito Brasileiro.</p> <p>Contratos. Transformações do Direito Contratual. Dirigismo Contratual. Contrato de Adesão. Compra e Venda. Elementos Essenciais. Obrigações das Partes. Cláusulas Especiais. Promessas de Compra e Venda. Modalidades. Forma. Efeitos.</p> <p>Doação. Revogação, Reversão, Redução e Nulidade.</p> <p>Posse. Conceito e Teorias. Posse e Detenção. Classificação e Caráter da Posse. Posse dos Bens Públicos. Proteção Possessória. Efeitos da Posse; Direito aos Frutos, Benfeitorias e Acessões, Direito de Retenção, Situação do Possuidor na Hipótese de Perda ou Deterioração da Coisa. Direito de Propriedade. Fundamentos. Conceito e Elementos.</p> <p>Extensão. Restrições. Função Social da Propriedade. Reforma Agrária. Propriedade Imóvel. Modos de Aquisição: Registro Imobiliário e seus Efeitos; Acessão; Usucapião; Herança. Perda da Propriedade Imóvel. Diversas Formas. Desapropriação.</p> <p>Servidões Prediais. Conceito. Classificação. Disciplina Jurídica. Extinção.</p> <p>Usufruto. Noção. Disciplina Jurídica. Extinção.</p> <p>Hipoteca. Conceito. Classificação. Constituição. Efeitos. Extinção.</p> <p>Usucapião: conceito, requisitos, espécies. Usucapião Especial.</p> <p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>A Norma Processual e suas Características. Norma Processual e Norma Material. A Lei Processual no Tempo e no Espaço.</p> <p>Jurisdição. As Várias Funções do Estado. Características da Função Jurisdicional. Seus Limites. Jurisdição Voluntária.</p> <p>Competência. Critérios de Dividir a Competência. Competência Absoluta e Relativa. Modificações da Competência.</p> <p>Ação. Sua Natureza Jurídica. Condições das Ações. Classificação das Ações. Processo. Sua Natureza Jurídica. A Relação Processual. Tipos de Processo. Pressupostos Processuais. Sujeitos do Processo. Capacidade Processual do Juiz e das Partes. Abstenção e Recusa do Juiz. Substituição Processual e Sucessão das Partes. Assistência Judiciária.</p>

REGULAMENTO DO PROCESSO SELETIVO – 011a/2007

CARGO	PROVAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
		<p>Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros.</p> <p>Atos Processuais. Atos das Partes e Atos do Juiz. A Forma dos Atos Processuais. Nulidade. Lugar para a Prática dos Atos Processuais. Cooperação Jurisdicional Interna e Externa. Tempo para a Prática dos Atos Processuais. Prazos Processuais. Impulso Processual e Preclusão.</p> <p>Procedimento. Processo e Procedimento. Os Vários Tipos de Procedimento. A Tutela Antecipatória e a Tutela do art. 461 do CPC. Procedimento Ordinário. Suas Fases e Respective Atos. Procedimento Sumário. Juizados Especiais.</p> <p>Instrução Probatória. Conceito e Objeto da Prova. Ônus da Prova. O Procedimento Probatório. Antecipação da Prova e Prova Emprestada. A Posição do Juiz na Apreciação da Prova. As Provas em Espécie.</p> <p>A Sentença. Conceito e Requisitos. Classificação das Sentenças de Procedência do Pedido. As Sentenças de Improcedência. Publicação da Sentença. Vícios e Correções da Sentença. Lei 11.232 de 22/12/2005. Lei 11.277 de 7/02/2006. Lei 11.280 de 16/02/2006</p> <p>Recursos. Princípios Gerais. Pressupostos Objetivos e Subjetivos para a Interposição dos Recursos. Variação do Recurso. Efeitos dos Recursos. Extinção dos Recursos. Os Recursos em Espécie. Lei 11.187 de 10/10/2005. Lei 11.276 de 07/02/2006.</p> <p>A Coisa Julgada. Coisa Julgada e Preclusão. Doutrina sobre a Coisa Julgada. Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material. Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada. A Cláusula "<i>rebus sic stantibus</i>". A Ação Rescisória.</p> <p>Processo de Execução. Princípios e Pressupostos da Execução. O título. Liquidação de Sentença. Execução Provisória. Bens Sujeitos à Execução. Fraude à Execução e Fraude contra Credores. Execução por Coisa Certa ou em Espécie. Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer. Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente. Execução por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente. Embargos do Devedor. Natureza Jurídica. Casos e Oportunidade de Cabimento. Procedimento. Embargos de Terceiro. Natureza Jurídica. Legitimidade para Embargar. Procedimento.</p> <p>Processo Cautelar. Conteúdo e fim do Processo Cautelar. Condições da Ação e Mérito Cautelar. A Posição do Código de Processo Civil. Autonomia do Processo Cautelar. Características das Medidas Cautelares. Medidas Cautelares Típicas e Atípicas. Ações Constitucionais. Mandado de Segurança. Ação Popular. Ações Coletivas. Procedimentos Especiais. Ações Possessórias. Ação Discriminatória. Ação De Desapropriação. Lei de Execução Fiscal (Lei n.º 6.830/80). Ação civil pública.</p> <p>DIREITO DO TRABALHO</p> <p>Contrato individual de trabalho: conceito, elementos e requisitos. Nota característica do contrato de trabalho e</p>

REGULAMENTO DO PROCESSO SELETIVO – 011a/2007

CARGO	PROVAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
		<p>classificação entre os contratos privados. Natureza jurídica. Distinção de contratos afins. Sujeito do contrato de trabalho: o empregador. Despersonalização do empregador. Sucessão. Solidariedade e Subsidiariedade Sujeito do contrato de trabalho: o empregado. Empregado rural e doméstico. Trabalhador temporário. Trabalhadores autônomos e eventuais. Trabalho da mulher e do menor. Classificação do contrato de trabalho. Contrato por tempo determinado.</p> <p>Salário e remuneração. Princípios de proteção ao salário. Equiparação salarial. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Prorrogação. Intervalo. Repouso semanal remunerado. Feriados. Férias. Alteração do contrato de trabalho.</p> <p>Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Força maior e “factum principis”. Extinção do contrato de trabalho. Garantia de emprego. Aviso Prévio. Indenização. Estabilidade.</p> <p>Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.</p> <p>Prescrição e decadência.</p> <p>Liberdade sindical. Organização sindical brasileira. Contribuição sindical. Convenções e acordos coletivos. Conflitos coletivos de trabalho. Greve. Dissídio individual e dissídio coletivo: conceito e distinção.</p> <p>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</p> <p>Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência da Justiça do Trabalho. Competência material. Competência territorial. Competência funcional. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Dissídio Coletivo. Sentença normativa.</p> <p>Das partes. Capacidade postulatória. Representação e assistência. Substituição processual. Assistência Judiciária. Honorários advocatícios.</p> <p>Petição inicial. Requisitos. Pedido. “Reclamação” verbal. Indeferimento. Inépcia. Audiência. Comparecimento das partes. “Arquivamento” e revelia. Conciliação. Momento e efeitos. Da resposta do reclamado. Formas. Exceções. Contestação.</p> <p>Reconvenção.</p> <p>Das provas no processo do trabalho. Depoimento pessoal. Prova documental. Documentos. Momento. Prova pericial. Testemunhas. Compromisso: impedimentos e conseqüências.</p> <p>Recursos no processo do trabalho. Disposições gerais. Efeitos suspensivo e devolutivo. Recursos no processo de cognição. Recursos no processo de execução.</p> <p>Liquidação de sentença. Formas. Liquidação e impugnação. Processo de execução. Modalidades da execução. Citação. Penhora e avaliação. Expropriação de bens do devedor. Arrematação e adjudicação. Remição. Fraude à execução.</p>

**REGULAMENTO DO PROCESSO
SELETIVO – 011a/2007**

CARGO	PROVAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
		<p>Embargos à execução e impugnação do exequente. Embargos de terceiro. Procedimentos especiais. Inquérito judicial para apuração de falta grave. Consignação em pagamento. Ação Rescisória. Mandado de Segurança. Contribuições previdenciárias e fiscais.</p> <p>DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Princípios Constitucionais Gerais e Tributários. Princípios da Segurança Jurídica, Legalidade, Tipicidade, Isonomia, Capacidade Contributiva, Anterioridade, Irretroatividade, Não-confisco, Não-cumulatividade, Seletividade. As Imunidades Tributárias. Sistema Constitucional Tributário. A Partilha das competências tributárias. O exercício das competências. Sistema de participações na arrecadação. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Aplicação e Interpretação da Lei Tributária. A Lei Tributária no tempo e no espaço. Critérios da Interpretação.</p> <p>O Tributo. Conceito e classificação. Tributos vinculados e não vinculados. Espécies Tributárias. Regra Matriz de Incidência Tributária. Hipótese da incidência e fato jurídico tributário (fato imponible). Critérios do antecedente (hipótese): material, espacial e temporal. Critérios do conseqüente da norma jurídica: pessoal (sujeitos ativos e passivo) e quantitativo (base de cálculo e alíquota). Crédito Tributário. Obrigação Tributária. Deveres Instrumentais. Causas de extinção do crédito: pagamento, compensação, transação, remissão, decadência, prescrição, conversão do depósito em renda, consignação em pagamento, decisão administrativa irreformável, decisão judicial passada em julgado, pagamento antecipado no lançamento por homologação. Exclusão do crédito tributário: Isenção e Anistia. Suspensão da Exigibilidade do Crédito.</p> <p>As Infrações e as Sanções Tributárias. Classificação. Espécies de Sanções. Princípios Aplicáveis. A Responsabilidade por Infrações. Ilícitos ou infrações tributárias e os crimes fiscais. A Denúncia Espontânea. Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Pessoas sujeitas à Lei.</p> <p>Formalização tributária. Lançamento. Natureza Jurídica. Conceito. Ato e Formalização tributária. Lançamento. Natureza Jurídica. Conceito. Ato e procedimento de lançamento (distinção). Modalidades (lançamento de ofício, por declaração e por homologação, auto lançamento). Lançamento, ato sancionatório e auto de infração. Revisibilidade e alterabilidade do lançamento. Exigibilidade do crédito tributário e lançamento. Efeitos de sua anulação. Lançamento e Certidão de Dívida Ativa (CDA). Requisitos e da CDA. Termo de inscrição de dívida ativa. Notificação da inscrição. Procedimento administrativo fiscal. Conceito e</p>

**REGULAMENTO DO PROCESSO
SELETIVO – 011a/2007**

CARGO	PROVAS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
		<p>finalidade. Procedimento e lançamento. Princípios do procedimento administrativo tributário.</p> <p>DIREITO INTERNACIONAL, PÚBLICO E PRIVADO E AMBIENTAL A responsabilidade internacional dos Estados: sanções. O Estado face ao Direito Internacional Público: seu nascimento, reconhecimento internacional, sucessão de Estados e o reconhecimento de Governo. Os territórios dos Estados e os espaços internacionais comuns. A abrangência pessoal das normas do Estado: a nacionalidade, a apatridia e a proteção de estrangeiros. Tratados e acordos internacionais. A proteção internacional do meio ambiente. O Domínio do Direito Internacional Privado. Noções de Direito do Comércio Internacional. Contratos Internacionais. A proteção internacional do meio ambiente.</p> <p>MERCOSUL E TRATADO DE ITAIPU. Tratado de Itaipu- Brasil/Paraguay de 26 de abril de 1973. Instrumentos fundamentais sobre o Mercosul: Tratado de Assunção de 26/03/1991; Protocolo de Ouro Preto – Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional Mercosul 17/12/1994; Acordos da área de Justiça :Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Mercosul/CMC/DEC Nr. 05/92); Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual (Mercosul/CMC/DEC Nr. 01/94); Relançamento do Mercosul - Incorporação da Normativa Mercosul ao Ordenamento Jurídico dos Estados Partes (Mercosul/CMC/DEC Nr. 23/00); Acordo sobre Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul (Mercosul/CMC/DEC Nr. 14/98)</p> <p>SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO Leis n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e Lei 9074 de 7 de julho de 1995 (Regime de Concessão e Permissão da Prestação dos Serviços Públicos); Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996 (Instituição da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL); Decreto n.º 2.335, de 6 de outubro de 1997 (Constituição da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL) ; Resolução nº 456 de 29/11/2000 da ANEEL –Agência Nacional de Energia Elétrica (artigos 22 a 25 e 90 a 106) e Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.</p> <p>QUESTÃO DISCURSIVA: relacionada com o conteúdo do conhecimento específico.</p>